

# Roriz volta-se para a classe média

*Programa de moradia quer beneficiar famílias que ganham de 10 a 20 mínimos. Pacote da habitação tem oito projetos*

Rovênia Amorim  
Da equipe do **Correio**

As cooperativas habitacionais, sindicatos e associações de moradores devem ter um programa de atendimento específico. O governo apresenta a proposta hoje aos representantes de grupos organizados que participam do Seminário de Política Habitacional, no Centro de Convenções. O programa, no entanto, será radicalmente diferente daquele extinto pelo governador Joaquim Roriz em 17 de fevereiro, que atendia aos movimentos organizados.

Além de gerenciar o programa, o governo quer também definir regras específicas para restringir o atendimento. A idéia é de que somente famílias da classe média, que ganhem de 10 a 20 salários mínimos, participem do novo programa. Esse critério excluirá as pessoas de baixa renda,

inscritas no cadastro individual do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab), de receber lotes de cooperativas, como no governo anterior.

"Essas pessoas serão atendidas pela lista única do Idhab", explica o presidente do órgão, João Carlos de Medeiros. Dessa forma, segundo ele, evita-se a duplicidade que ocorria antes nos programas habitacionais. Pessoas que estavam no cadastro, mas também tentavam receber o lote, filiando-se nas cooperativas. "O que criava uma

falsa demanda por habitação, de quase 40% da população do DF", diz.

O Programa Habitacional de Interesse Social para Atendimento a Movimentos Organizados por Moradia no DF, criado no governo anterior, atendia a famílias que filiavam-se em grupos organizados. Com a lista da demanda na mão, os represen-

tantes apresentavam carta-consulta no Idhab e ficavam à espera da liberação dos terrenos.

O governo extinguiu o programa, alegando que os critérios de atendimento eram subjetivos, dando margem a favorecimento políticos. Uma "injustiça", segundo o presidente do Idhab, às pessoas que estavam inscritas na lista do Idhab e que não eram priorizadas na liberação dos terrenos. Segundo os dados do governo, a administração anterior distribuiu 9.455 lotes aos grupos organizados e 1.248 para as pessoas inscritas na chamada "lista limpa", de 1997 a 1998.

"Um grupo recebia 20 lotes e outro 400. Não tinha critério nenhum para definir o número de lotes que cada cooperativa teria direito. Era feito, muitas vezes, de forma política eleitoral", afirma João Carlos. "Mas agora acabou a festa. Só vamos trabalhar com pessoas idôneas." A proposta defendida pelo governo prevê que não sejam mais distribuídos lotes, mas sim vendidos às cooperativas.

A definição do novo programa de atendimento aos movimentos organizados ainda depende das discussões. Hoje, os 180 representantes de cooperativas, associações e sindicatos, que participam do seminário, dividem-se em grupos de debate. Ao final será anunciada a política habitacional que Roriz pretende executar nos próximos quatro anos.

Paulo de Araújo



Secretária de Habitação, Ivelise Longhi: não apenas lotes, mas moradias dignas

Presidentes de cooperativas criticam a proposta para a habitação já esboçada pelo governo. "Está tudo induzido. Vão implantar a política que eles querem", reclama o presidente da Federação das Associações

de Moradores e dos Inquilinos de Brasília e Entorno (Famibre), Riso-mar Carvalho.

O programa de habitação específico às cooperativas não faz parte das propostas para a política habitacio-

nal do DF que a secretária de Habitação, Ivelise Longhi, apresentou ontem. No pacote, oito projetos e programas de construção ou melhoria das habitações (veja quadro). "O déficit habitacional não é só de lugar para morar, mas de condições dignas de morar", diz Ivelise.

Por isso, o governo pretende criar o Projeto Eu Faço, que ensinará os próprios moradores a reformar suas casas. Segundo o presidente do Idhab, João Carlos de Medeiros, há cerca de 100 mil moradias em condições precárias no DF. "Fora as 150 mil em situação irregular. São os barracos das invasões e os condomínios", cita.

O governo Roriz vai estimular as construções alternativas. O Programa Piloto e o Projeto Inovar têm como proposta priorizar a aplicação de novas tecnologias na construção de habitações. O governo também pretende investir na construção de conjuntos habitacionais verticais (prédios).

"Não vamos criar mais cidades, mas vamos fazer adensamentos", explica a presidente do Instituto de Planejamento Territorial Urbano do DF, Eliana Klarmann. Samambaia e Recanto das Emas deverão ser as duas cidades onde haverá a primeira liberação de lotes no governo Roriz. Só a concentração das torres de linhas de alta tensão que cortam Samambaia possibilitará a acomodação de 10 mil famílias de média e baixa renda.